

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 09 DE Dezembro DE 2008, ÀS 14H E 30 min NO AUDITÓRIO DA LACTEC. PRESIDIDA PELO SR. PAULO ROBERTO CASTELLA - SECRETÁRIO EXECUTIVO.

1
2
3
4
5
6
7

8

9 **O Sr. Paulo Roberto Castella:**- Boa-tarde a todos. Vamos iniciar a nossa 73ª
10 Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Primeiro queria pedir
11 desculpas pelo Secretário Rasca Rodrigues e pelo Diretor Geral Allan Jones, que estão no
12 seminário junto com o Governador, impossibilitando a vinda dos dois aqui. Na verdade o
13 Rasca, apesar de estar no seminário, também está de férias, tirou férias esta semana para
14 poder passar o final de ano trabalhando.

15 Gostaria que as ONG'S, que estão sentadas nesta primeira fila, erguessem a mão
16 para eu ter uma idéia de quantas ONG'S estão presentes, se são as que estão sentadas,
17 para que possamos chamar a S.O.S. Bicho para a mesa. Então, o sr. Paulo Pizzi e a GARI,
18 acho que só. Então, Tosca, assumo o lugar da ONG que não está presente.

19 Temos quórum para iniciar nossa reunião, de novo uma boa-tarde, a pauta é leve,
20 primeiro porque temos um novo Regimento Interno e o Walter, da Secretária Indústria e
21 Comércio, lembrou-nos semana passada que, àqueles membros indicados, só poderiam
22 tomar posse no ano seguinte que fossem indicados. Os novos membros foram convocados
23 hoje para uma apresentação geral para que pudéssemos encerrar o ano e justamente por
24 esta pauta não ter o sentido de aprovação de qualquer matéria que possa trazer algum
25 prejuízo depois.

26 Iniciamos essa nossa reunião ordinária no sentido de conhecer o Regimento
27 Interno, além da aprovação das duas atas anteriores, também ver como serão constituídas
28 as novas Câmaras Temáticas, diante do novo Regimento Interno e a questão da
29 apresentação das PCH's do Estado do Paraná, com ênfase maior na região centro-sul. O
30 IAP, até o meio-dia, tinha me confirmado a presença de um representante para a
31 apresentação solicitada pela ONG ING, Vânia, porém, infelizmente, estamos com a
32 ausência do IAP na presente reunião.

33 Vamos começar com a votação das duas transcrições *ipsis verbis* da 72ª Reunião
34 Ordinária e da 13ª Reunião Extraordinária. Os novos membros não votarão. Temos um
35 quorum da anterior que dá perfeitamente para a aprovação dessas duas atas. Alguém tem
36 alguma objeção? Alguém tem algum comentário na Ata da 72ª reunião? Algum erro?
37 Alguma transcrição não correta? Por favor, apresente-se.

38 **O Sr. Fernando Pilatti** (Universidade Estadual de Ponta Grossa):- Na linha 489, só
39 faltou uma palavra, não interessa o que está lá atrás: "... que um órgão oficial do Estado

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

40 entrasse em 'contato' com outro órgão". Faltou a palavra 'contato' só, ficou meio solta essa
41 frase.

42 O **Sr. Paulo Roberto Castella**:- Obrigado, Pilatti. Alguém tem mais alguma
43 observação? Na 13ª tem alguma observação? Em votação. Os favoráveis permaneçam
44 como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADAS as duas transcrições.

45 Vou fazer uma apresentação sobre a questão da constituição das novas Câmaras
46 Temáticas e seus respectivos grupos de trabalho, de acordo com o Regimento Interno.
47 Vamos formar as quatro Câmaras Temáticas do Conselho. Gostaria de destacar, dentro do
48 Regimento Interno, que todo mundo tem, para começarmos a formar as Câmaras
49 Temáticas, começando já lá no Artigo 20 do Regimento Interno.

50 O Artigo 20 fala das Câmaras Temáticas, que serão constituídas por cinco
51 conselheiros titulares, definidas em Plenário, com direito a voz e voto e por três
52 conselheiros suplentes. Dos titulares - dois membros natos, sempre; um membro
53 representante das ONG's ambientalistas e um representante das entidades dos
54 trabalhadores ou entidades representadas os segmentos produtivos patronal e um
55 representante de Ensino Superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente. E os
56 conselheiros suplentes, os senhores poderão ver, fala dos trabalhadores ou dos
57 segmentos produtivos de Ensino Superior ou de Secretários Municipais de Meio Ambiente
58 e um representante das entidades governamentais e ambientalistas. Só na Câmara
59 Temática de Assuntos Jurídicos, que é uma inovação. Dos Assuntos Jurídicos, como falei,
60 é uma inovação dentro do Conselho, dentro do Regimento Interno, e a constituição é
61 diferente daquilo que foi colocado acima. Dos Assuntos Jurídicos - será presidida pelo
62 Procurador Geral do Estado ou seu representante e será composta necessariamente por
63 bacharéis em Direito. Os suplentes terão direito a voz, assegurado nas reuniões temáticas,
64 porém somente terão direito a voto quando no exercício da titularidade em substituição a
65 um dos seus conselheiros titulares que houver faltado. Essa é a nova regra dentro do
66 estabelecido pelo Regimento Interno.

67 Dentro das novas Câmaras Temáticas, passando já para o Artigo 24, temos, então:
68 Biodiversidades Bioma e Educação Ambiental, de Economia e Meio Ambiente, de Controle
69 e Qualidade Ambiental e Assuntos Jurídicos. São essas quatro Câmaras Temáticas, hoje
70 Permanentes, e não teremos mais aquelas Câmaras Temáticas que a cada proposta se
71 formava uma Câmara Temática e se discutia ou era Permanente ou Transitória. O que
72 muda, também, dentro das Câmaras Temáticas é que nós temos definidas as matérias de
73 competência que antes não estavam muito claro dentro do Regimento anterior e essas
74 competências abrangem aquilo que compete ao Conselho Estadual de Meio Ambiente.
75 Simplesmente um grupo de trabalho deu visibilidade àquilo que realmente nos compete,
76 abre-nos a visão daquilo que é preciso ser discutido. Por isso a dificuldade em ter
77 anteriormente a criação das Câmaras Temáticas até para a discussão para uma série de
78 assuntos.

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

79 Dentro da parte de Biodiversidades Bioma e Educação Ambiental, se vocês virem
80 lá, temos a questão do patrimônio da biodiversidade, patrimônio genético, paisagístico,
81 espeleológico, a criação e implementação de áreas protegida públicas ou particulares e a
82 gestão integrada de corredores ecológicos dos ambientes costeiros e marinhos, para vocês
83 verem que começamos a definir melhor aquilo que nos compete. Também, o Sistema
84 Estadual de Unidade de Conservação, que até agora só cita o que vamos fazer realmente
85 nessas áreas. Nas áreas de proteção permanente, no Sistema Estadual de proteção à
86 Fauna - a Tosca me questionava em relação ao Sisfauna, então nos compete, dentro da
87 Câmara de Biodiversidade, também criar um grupo de trabalho para discutir a questão do
88 Sisfauna. Aquele grupo de trabalho em que estava uma das Câmaras Temáticas
89 Temporária anterior, acho que foi criada em 2006, que falava do controle das pombas
90 domésticas, pode ser migrada, para um grupo de trabalho que poderia tratar dentro da
91 Câmara Temática. Assim, os grupos de trabalho podem convidar outros especialistas,
92 porque tínhamos certa dificuldade, quando compúnhamos as Câmaras Temáticas,
93 acabávamos convidando outros especialistas, mas não estava regimentalmente de acordo.
94 Agora temos o grupo de trabalho e podemos chamar especialistas para ampliar a
95 discussão com outras instituições que tenham interesse no tema.

96 Destaco aqui o último item, nos dois últimos itens, a questão da elaboração e
97 implementação das políticas e programas estaduais de educação ambiental. Temos uma
98 Câmara Temática Permanente que cita o acompanhamento desse programa de educação
99 ambiental e atualmente a questão dos indicadores de desempenho de avaliação de ações de
100 educação ambiental decorrente de programas, políticas e projetos de governo. Então, a
101 Câmara de Biodiversidade Biomas e Educação Ambiental tem seu escopo bem definido, a
102 de Economia e Meio Ambiente vem a questão do zoneamento ecológico e econômico, e aí
103 vamos trazer o ITCG - Instituto de Terras e Cartografia e Geociência, já está programado
104 uma discussão dentro do Conselho com eles, já está agendado para o ano que vem. A
105 questão dos incentivos ambientais também, padrões de proteção e controle de recursos
106 florestais, padrões de proteção e controle de recursos agropecuários (extrativistas) e assim
107 por diante.

108 Na CT de Economia e Meio Ambiente temos as competências definidas; a questão
109 de Controle de Qualidade Ambiental, vocês podem observar que também toda aquela
110 matéria, que está mais ligada a FIEP, à Marília, a questão de métodos e processos
111 industriais, os passivos ambientais, acho que dá mais uma clareada dentro dessa Câmara,
112 o que podemos estar estabelecendo os grupos de trabalho. E só destacando também,
113 dentro dessa aqui, é o saneamento básico e saúde pública que poderíamos estar puxando
114 no Conselho. Nas competências, até normas e critérios para licenciamento ambiental,
115 teríamos condições de criar todos esses grupos de trabalho, começar junto com o Instituto
116 Ambiental do Paraná as normas para que possam estar nos orientando, discutindo com

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

117 eles e que tenhamos, por parte deles, essa compreensão e deixarem de editar normas e
118 criar normas que às vezes não atendem à legislação ambiental.

119 De Assuntos Jurídicos, a questão de examinar a constitucionalidade, legalidade e a
120 técnica legislativa e de propostas. É criada uma nova dinâmica, porque travava as
121 propostas de resolução sem uma orientação jurídica correta e sempre tendo que reeditar
122 resoluções. E depois vai até a letra F, que diz relativos até a interpretação deste regimento.

123 Temos esses quatro grupos aqui que queria discutir e tinha colocado depois as
124 Resoluções. Estava inserida na apresentação, aquelas Câmaras Temática que deveriam
125 estar sendo migradas.

126 Das Câmaras Temáticas Permanentes, vamos ter que migrar; a Resolução 54/2006,
127 que fala da questão do controle de espécies exóticas invasoras e gostaria que os senhores
128 anotassem essa aqui para quando recompormos esta Câmara dentro da Câmara Temática
129 de Biodiversidade Bioma e Educação Ambiental. Temos a Resolução 55, que é a Câmara
130 Temática Temporária das Pombas - o controle das pombas é Temporário, mas o grupo não
131 concluiu essa Câmara Temática. Temos a Resolução 57, essa tem como objetivo analisar
132 e relatar as propostas encaminhadas ao IAP relativos aos resíduos sólidos perigosos,
133 oriundos de outros estados da federação - então a Resolução 57 tem o caráter de analisar
134 e relatar as propostas encaminhadas pelo IAP, emitindo pareceres e recomendações. São
135 os processos de solicitação de licenciamento para transporte e queima, reaproveitamento e
136 reciclagem. A Resolução 58 é de Educação Ambiental - tem atribuição do novo Regimento
137 Interno a questão de acompanhar essas políticas e programas de educação ambiental. A
138 Resolução 59 é Câmara Temática Permanente para propor políticas para assegurar a
139 conservação, preservação e recuperação das áreas de florestas com araucária e campos
140 naturais. A Resolução 62, não é uma Câmara Temática, é uma Comissão Especial para o
141 estabelecimento de normas e critérios para licenciamento ambiental de empreendimentos
142 industriais. O IAP encaminhou semana passada a proposta dessa Resolução e deve ser
143 discutida com essa Comissão Especial. Então, essa Comissão Especial deve migrar para a
144 última Câmara de Qualidade Ambiental, para quando formarmos aqui possamos estar
145 distribuindo cópia do processo e discutir. A Resolução 64 cria a Câmara Temática para a
146 questão do plano de recolhimento dos produtos tóxicos do meio rural, BHC. São produtos
147 tóxicos sem recomendação de uso, inclusive o BHC, pega todos os pop's da vida. Não é
148 uma Câmara Temática só para o BHC, o BHC era o que estava mais urgente para ser
149 tratado.

150 Seriam somente essas Câmaras Temáticas para que pudéssemos começar a
151 pensar na composição, dentro do novo Regimento Interno, propor os grupos de trabalho
152 para que comecemos a pensar nos produtos que elas terão que nos trazer. Sempre
153 lembrando qual a composição de acordo com o Artigo 20, dentro dessas Câmaras
154 Temáticas a serem instituídas.

155 Podemos começar a ver Resolução por Resolução? Alguém tem alguma coisa
156 contra, alguma manifestação?

157 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Acho que está faltando uma Resolução
158 que formou uma Comissão Especial para estudar o Regimento Interno e a composição do
159 CEMA. Eu não ouvi você falar.

160 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Realmente não havia falado
161 nessa comissão, é uma Comissão Especial. Podemos até tratar dela, para onde ela
162 poderia estar sendo migrada, acho que ela também não concluiu a sua tarefa. Ela propôs o
163 Regimento que está aí e falta concluir a questão de composição e suas competências.
164 Uma delas era de competência, a questão do controle do Fundo Estadual e Meio
165 Ambiente, a situação um pouco delicada e a questão de ampliar o próprio Conselho na sua
166 composição, trazendo novas entidades para compor e poder estruturar melhor o Conselho
167 Estadual do Meio Ambiente.

168 Tourinho, deixamos, então? Está marcado. Vamos começar a repassar um por um e
169 deixamos essa última, como podemos migrar. Podemos fazer assim? (Concordância).
170 Muito obrigado.

171 Vamos começar com a Resolução 54 que trata das políticas que objetivem a
172 promoção e a erradicação e controle de espécies exóticas invasoras. Essa está indo para a
173 questão de Biodiversidade Biomas. Vamos começar a compor pelos dois membros natos,
174 só como sugestão, aqui fala dois membros natos nessa Câmara Temática de
175 Biodiversidade Biomas, mas insistindo ainda na continuidade do IAP, considerando que na
176 reunião anterior ele apresentou esse programa e acho que é interessante que ele
177 permaneça nesta Câmara Temática. Vamos começar com os membros natos, que são as
178 Secretarias de Estado e os Institutos Governamental, falta um membro nato. No outro a
179 Secretaria de Agricultura estava como membro nato representando.

180 O **Sr. Adriano Riesemberg** (Secretaria da Agricultura):- Questiono se vamos
181 participar de todas as Câmaras, porque vejo que a Agricultura teria mais participação na
182 dois ou até na três.

183 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- O regimento coloca que
184 seriam cinco conselheiros titulares. Pergunto ao nosso jurídico, Dr. Theo Mares, se dentro
185 dos conselheiros titulares poderiam estar indicando membros da sua instituição para
186 compor essa Câmara Temática, para que pudéssemos ter algumas instituições que são
187 essenciais.

188 O **Sr. Theo Mares** (SEMA):- Como convidados, como convidado sempre pode
189 chamar, mas não como membro, tem direito a voz mas não tem direito a voto.

190 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Por favor, Tosca.

191 A **Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Estou com algumas dúvidas de
192 encaminhamento, gostaria que você esclarecesse para que pudéssemos entender melhor
193 como vai ficar a composição dessas Câmaras Temáticas. As Resoluções que você indicou

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

194 anteriormente, que criavam ou Comissões de Trabalho ou Câmaras Temáticas, serão,
195 então, absorvidas dentro do novo regimento por essas quatro Câmaras Temáticas criadas:
196 Biodiversidade Bioma, etc. Então, na verdade, estamos tratando nesse momento da
197 composição dessas Câmaras indicadas pelo regimento, é isso?

198 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Exato.

199 **A Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- No caso dessas Resoluções anteriores das
200 Câmaras Temáticas passam a se incorporar como grupos de trabalho dentro dessas
201 Câmaras Temáticas, é isso?

202 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Poderia.

203 **A Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Bom, aí fica mais claro. E a segunda
204 questão, que ainda tenho dúvida, é em relação à participação das ONG's. Tivemos aí um
205 procedimento eleitoral que indicou novas organizações e elas ainda não tomaram posse e
206 só estarão participando efetivamente desse CEMA a partir do ano que vem. Então, na
207 composição hoje fica prejudicado, porque aí fica meio difícil de indicar uma entidade que
208 ainda vai participar e me parece que não estão todas aqui presentes para poder inclusive
209 se manifestar no sentido de querer ou não participar de algumas dessas comissões,
210 grupos de trabalho ou Câmaras Temáticas. Então, neste caso fica em prejuízo a formação
211 dessas Câmaras Temáticas.

212 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Vou tomar posse aqui como
213 representante do GARI e minha questão também é atinente a isso aí, porque tenho
214 interesse em participar de determinadas Câmaras. Eu já queria colocar-me ao dispor para
215 participar de alguns assuntos das Câmaras Temáticas anteriores. Queria saber se é válida
216 essa minha proposição e se tem pertinência, já me colocar ao dispor para um ou outro
217 assunto.

218 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Gostaria de esclarecer o
219 seguinte. Foi mandado para todos a convocação para esta reunião aqui. Ficou claro,
220 dentro da pauta, que estaríamos constituindo essas novas Câmaras Temáticas. Quem não
221 compareceu tinha ciência que estaríamos fazendo a indicação neste momento. Segundo,
222 tem o Decreto Estadual, apesar de não ser a posse efetiva nesta 73ª Reunião, temos o
223 Decreto 3.854 do dia 26 de novembro de 2008, retroativo ao dia 26 de outubro de 2008,
224 em que já ficam nomeados para integrarem o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Então,
225 pelo Decreto já estão nomeados, a posse efetiva é na próxima reunião. Então esses
226 membros já nomeados pelo Decreto já poderiam estar sendo sim indicados para a
227 efetivação desses grupos de trabalho, por isso foi deixada a questão - vocês tiveram duas
228 pautas e essa última pauta ficou claro que era para constituir os grupos de trabalho. Agora,
229 infelizmente, aquele que não compareceu poderia se ajustar na próxima reunião dentro da
230 legalidade desse Regimento Interno. Até esse último período de 2006, 2007 e 2008, não
231 estávamos fazendo o controle, só para poder lembrá-los, de presença. Foi relaxada a
232 questão da presença até que pudéssemos criar uma dinâmica melhor dentro do Conselho

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

233 Estadual. A partir desse novo biênio estaremos fazendo o efetivo controle, estaremos
234 acionando aquilo que o Regimento Interno prevê, a não justificativa da instituição, do
235 conselheiro, vamos pedir para que a instituição, seu representante legal, de fato exerça a
236 sua vontade de estar representado aqui dentro do Conselho ou que peça o desligamento
237 do Conselho. Então, a partir dessa nova ótica, Tosca, gostaríamos de lembrar que aqueles
238 que tiverem essa postura da não comunicação, pelo menos com antecedência, estaremos
239 lançando falta e pedindo sua substituição conforme rege o Regimento Interno.

240 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Está um pouco fora da questão de pauta, mas
241 aproveitando o contexto da colocação do Castella, a Vânia do ING pediu que colocasse
242 aqui em Plenário, que, por favor, constasse em ata que a sua ausência foi motivada pela
243 prestação de contas de um projeto para o CONABIO que beneficiava todos os agricultores
244 da região dela. Então, teria que fazer um relatório até amanhã e se ela conseguisse
245 terminar o relatório ela viria, senão pediu que constasse essa justificativa. Obrigado.

246 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Obrigado, Paulo. Mais algum
247 questionamento, antes de prosseguirmos? Espero que tenha possibilitado esclarecer o
248 assunto.

249 Adriano, na sua pergunta, por isso que tem que ser ampliado realmente a questão
250 do próprio Conselho, o número de representantes de instituições para que a gente dê
251 condições de atender o que está proposto aqui. Então, a Secretaria da Agricultura poderia
252 estar sendo representada somente por uma Câmara Temática.

253 O **Sr. Adriano Rieseberg** (Secretaria da Agricultura):- Neste caso, julgamos mais
254 interessante integrar a número dois.

255 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Ficamos em aberto
256 com um membro nato nesta Câmara Temática de Biodiversidade Bioma. A Secretaria da
257 Saúde está presente? Não. Ela também estaria aqui representada pela questão de vetores.
258 São praticamente três Câmaras Temáticas. Dos Assuntos Jurídicos também tem que ser
259 representantes, tem que ser conselheiro titular e aí não temos nenhum bacharel em Direito
260 aqui.

261 O **Sr. Adriano Rieseberg** (Secretaria da Agricultura):- Esse que vos fala é
262 bacharel em Direito.

263 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- O Adriano se declara
264 bacharel em Direito e Engenheiro Agrônomo, eclético. Com a ausência da PGE a Câmara
265 Temática de Assuntos Jurídicos, já tem aí as suas dificuldades na sua composição. Temos
266 um bacharel.

267 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Quando fizemos a nossa Câmara
268 Institucional Jurídica do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, não impusemos, de forma alguma,
269 que o participante fosse bacharel em Direito, até porque todos nós que participamos deste
270 Conselho, de uma forma ou de outra, temos conhecimento da legislação, seja ambiental,
271 seja do que for. Se colocar que deve ser composta necessariamente por bacharel em

272 Direito, não vamos ter membros suficientes para participar dessa Câmara Temática, e aí
273 não vejo o porquê de tê-la. Se vão ter dois membros só, o nosso amigo Adriano e o Theo,
274 então, não precisa ter a Câmara.

275 O **Sr. Theo Mares** (SEMA):- Concordo plenamente com você, Tourinho, mas temos
276 um problema aqui, o Adriano que é bacharel em Direito deve conhecer, que é o Estatuto da
277 Ordem dos Advogados do Brasil, e as atribuições dessa Câmara Temática que é emitir
278 parecer prévio, examinar a constitucionalidade e legalidade, técnica legislativa, isso são
279 atribuições que são só para advogados. Isso é questão de lei. Então esse é o problema,
280 não poderíamos formalizar uma Câmara que não tivesse advogados.

281 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Até concordo com você, mas poderíamos
282 fazer isso de forma diferente. Os membros poderiam compor a Câmara Temática de
283 Assuntos Jurídicos e esses membros terem na sua retaguarda um advogado. Por exemplo,
284 posso pôr o Odair, que faz parte da FAEP, como um membro convidado para me auxiliar
285 nas questões jurídicas.

286 O **Sr. Theo Mares** (SEMA):- Mas é o advogado que terá que assinar e colocar o
287 número da OAB.

288 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Mas tudo o que for decidido nesta Câmara
289 terá que passar pelo Plenário?

290 O **Sr. Theo Mares** (SEMA):- Sim.

291 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- O Plenário não é bacharel em Direito. Não
292 estou entendendo esse empecilho, porque não vamos fazer aqui nenhuma legislação que
293 tenha que assinar. O que vai ser decidido, na realidade, vai ser decidido pelo Plenário, nós
294 vamos decidir aqui e vocês vão dar um parecer. Se não concordarmos com o parecer, o
295 parecer é nulo. Concorda comigo? Então, não necessariamente vejo a necessidade de ser
296 bacharel em Direito.

297 O **Sr. Paulo Macedo** (FETAEP):- Apesar de não ser formado em Direito, mas
298 sabemos das leis, o que são contra nós e o que são favoráveis. Então, fazemos questão
299 de participar, mesmo não sendo formados em Direito. Estou vendo isso mais como uma
300 questão corporativa, que não tem nada a ver. Todos nós temos condições de fazer leis,
301 agora essas leis é que têm que passar, é óbvio, para ver se é inconstitucional ou não.
302 Agora, que a pessoa tem que ser formada em Direito para mim isso é besteira.

303 O **Sr. Adriano Rieseberg** (Secretaria da Agricultura):- Quero corroborar o
304 pensamento do Tourinho, não que seja besteira ou que tenha fundo corporativo, é claro
305 que auxilia muito o desenvolvimento dos trabalhos uma formação jurídica, mas vejo que
306 estamos com um problema prático de composição do Conselho, até porque sou bacharel
307 em Direito mas não tenho capacidade postulatória, não tenho a OAB. Então, também não
308 teria como assinar, fazer proposição de texto de leis, se fosse esse o caso. Acho que
309 nosso problema é prático, não temos no Conselho número de integrantes que tenha essa

310 condição. Teríamos que ter como alternativa uma assessoria jurídica que fosse fazer toda
311 a preparação do texto e pareceres jurídicos.

312 A **Sra. Marília Tissot** (FIEP):- Minha sugestão é na mesma linha do Tourinho.
313 Muitas vezes uma Câmara Jurídica vai colocar dentro de uma técnica legal, um advogado
314 está habilitado a fazer isso, mas como nós não somos advogados, e a regra do Conselho é
315 ser advogado, dificilmente conseguiríamos compor esta Câmara com advogados. Agora,
316 as várias instituições aqui representadas possuem suas assessorias jurídicas e
317 poderíamos ter representantes das instituições com assessoria jurídica.

318 A **Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Acho que o encaminhamento que a Marília
319 deu é interessante, agora temos que lembrar aqui, aliás foi uma bobeadada quando se
320 aprovou este regimento, não se perceber esse engessamento que se criou pelo Regimento
321 Interno. Então, acho que o regimento do funcionamento de uma instituição ou de uma
322 corporação ou de um Conselho como esse deve ser facilitador do trabalho dessa
323 instituição. No entanto, percebemos aqui alguns problemas do engessamento do trabalho,
324 mas me parece que a Plenária é superior e pode tomar algumas decisões e lembrando que
325 temos aqui o representante ou o próprio Procurador Geral do Estado e no momento que a
326 decisão tiver que estar consubstanciada em Resolução, em legislação própria, obviamente
327 que temos assessoria hoje da própria Procuradoria do Estado que pode dar forma da lei
328 para qualquer Resolução que este Conselho venha tomar. Então, acho que devemos
329 passar por cima, infelizmente, de uma decisão regimental e constituir dessa forma,
330 presidida pelo Procurador ou seu representante e pessoas interessadas como, por
331 exemplo, o nosso companheiro Adriano, que é bacharel, e que provavelmente poderia dar
332 grandes contribuições numa comissão dessa, independente de poder assinar ou não.

333 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Sou bacharel em Direito e tenho
334 capacidade postulatória, pois sou inscrito na OAB/Paraná. Estava lendo o Regimento
335 Interno do Conselho e me ative à questão de forma e conteúdo. O que acontece? Essa
336 Câmara de Assuntos Jurídicos vai rever o conteúdo que as outras Câmaras vão debater,
337 por essa razão eu, como representante da minha instituição, não vejo interesse em
338 participar de uma Câmara Jurídica, porque não vou estar atrelado ao conteúdo, quero
339 debater conteúdo. Revisão jurídica acho que poderia ser feita com os assessores jurídicos
340 das respectivas instituições, Procuradoria Geral e debatido em Plenário. Acho que é a
341 forma mais viável. Não engessar o andamento dos trabalhos pela falta de bacharéis, e a
342 Resolução é clara, é bacharel, não é advogado.

343 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Eu também, como membro do Conselho
344 Regional de Biologia, entendo bem a questão de representatividade profissional, mas
345 quero levantar um histórico, um precedente que ocorreu dentro da própria OAB, em torno
346 de uns dez anos atrás, não sei precisar exatamente, mas tenho o número guardado da
347 própria Resolução da OAB que constituiu no âmbito da OAB/Paraná, nesta época, dentro
348 da Comissão de Meio Ambiente da OAB, com cinco membros, sendo só dois advogados e

349 os outros foram convidados entre vários membros ambientalistas. Participei dessa
350 comissão, a Tereza Urban, o José Álvaro Carneiro, só tendo o coordenador como
351 advogado e mais um advogado do IAP. Então, já é precedente dentro da própria OAB.

352 O **Sr. Theo Mares** (SEMA):- Só queria dar uma resposta ao colega da FETAEP. O
353 que se propõe hoje para a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos é o que hoje a
354 assessoria jurídica da SEMA faz sozinha, que recebe o projeto de Resolução e fala: “Aqui
355 não cabe colocar Parágrafo, cabe colocar inciso, aqui não é alínea é Parágrafo”. São
356 questões jurídicas e às vezes tem inclusive questões de ilegalidade dentro de uma
357 Resolução de algo que afronta a lei, que não poderia entrar e acabamos vendo isso na
358 assessoria jurídica. Claro que é um sonho termos uma assessoria jurídica dentro do
359 Conselho Estadual de Meio Ambiente. Não existe ainda. O Estado não tem estrutura para
360 fornecer uma assessoria jurídica só para o Conselho, que seria o ideal. Então, na verdade
361 a idéia foi trazer isso e ao invés de só a assessoria jurídica da SEMA que é só um
362 representante do Conselho, para que juntassem as assessorias jurídicas e que formasse
363 assim uma comissão. Então, a idéia da Marília e do Tourinho é a idéia dessa Câmara
364 Técnica, claro, presidida pela Procuradoria Geral do Estado e formada com as assessorias
365 jurídicas dos órgãos. Imagino que todos os representantes tenham a sua assessoria
366 jurídica. Não sei se poderíamos formalizar isso agora com a ausência da PGE.

367 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Theo, o que sugeri foi que a Câmara
368 Temática de Assuntos Jurídicos fosse formada por membros do Conselho e esses
369 membros fossem assessorados pelas suas assessorias jurídicas. Então, a assessoria da
370 SEAB, que pode ser o próprio Adriano, a assessoria da FAEP, que pode ser o Odair, a
371 assessoria da FIEP que tem a sua própria assessoria e assim por diante. Iríamos fazer o
372 trabalho junto com a assessoria jurídica. Eu entendo isso, porque você não pode colocar
373 como membro de uma Câmara Técnica uma pessoa que é de fora do Conselho. Isso o
374 próprio regimento não permite. Então, o membro da Câmara Temática seria o membro do
375 Conselho e este indicaria para assessorá-lo um membro da assessoria jurídica da sua
376 instituição. Acho que deveria ser assim.

377 O **Sr. Paulo Macedo** (FETAEP):- Na verdade havia entendido errado mesmo, achei
378 que eles que iriam fazer e pelo visto não é isso. Será feito pelas Câmaras Temáticas e vai
379 se passar pelo crivo dessa assessoria, é isso? Mas mesmo assim concordo com o
380 Tourinho, acho que pode ser formado pelos conselheiros sem ser formado em Direito.

381 A **Sra. Marília Tissot** (FIEP):- É importante o que o Theo colocou que como é uma
382 Câmara que não constrói, mas uma Câmara que aplica as técnicas legislativas, e é
383 fundamental que participem os membros do Conselho porque tem o espírito do que se
384 busca naquelas sugestões de resolução, então o que o Tourinho colocou é perfeito, porque
385 o conselheiro é membro da Câmara, mas traz sua assessoria jurídica para que possa
386 verificar as adequações de forma da resolução.

387 O **Sr. Adriano Rieseberg** (Secretaria da Agricultura):- Acho que não estamos
388 avançando, porque a proposta do Tourinho não resolve o problema, pensando no objetivo
389 dessa Câmara Temática. Acho que não podemos ter, então, como foi pensado, uma
390 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, do jeito que está idealizada. Teria que ser uma
391 assessoria jurídica do Conselho e aí, como assessoria, necessariamente não tenha que
392 ser formada pelos componentes do Conselho. Talvez ampliar a assessoria, que hoje é
393 exclusivamente do IAP, ampliar com a PGE, mas da forma como está colocada estamos
394 num impasse, não temos componentes e o objetivo dela é próprio de uma assessoria
395 realmente.

396 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Vou colocar uma questão prática. Eu,
397 como advogado, bacharel em Direito, tenho interesse em compor uma das outras Câmaras
398 de assuntos diversos anteriores. Então o que aconteceria na prática? Eu comporia, por
399 exemplo, a Câmara de Bioma para discutir conteúdo e ao mesmo tempo comporia a
400 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos? Eu iria fazer uma revisão daquilo que já fiz da
401 Câmara Técnica anterior?

402 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Não tem problema.

403 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Eu já faria isso de uma vez só, já na
404 Câmara, sendo bacharel, tendo o conteúdo já ministraria alguma coisa ali, em termos de
405 técnica legislativa, sem precisar passar por uma Câmara.

406 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Tourinho.

407 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Acho que estamos empacando em uma
408 coisa que não precisava. Todos os Conselhos tem uma Câmara Temática de Assuntos
409 Jurídicos. Todos! Todos os Conselhos que conheço possuem uma Câmara Temática de
410 Assuntos Jurídicos e funciona dessa forma como está aqui mesmo. Tudo o que é discutido
411 nas comissões, nos grupos de trabalho, nas outras Câmaras, tem que passar por um crivo
412 jurídico de uma Câmara Jurídica, para saber se a Resolução realmente está formulada
413 dentro dos padrões jurídicos, tudo isso. Veja, temos que ver que dentro de uma Câmara
414 Temática as discussões funcionam de uma forma, na Câmara Temática de Assuntos
415 Jurídicos vai funcionar de outra forma, porque lá simplesmente vai ser dada forma jurídica
416 ao que foi discutido nas outras Câmaras. Você falou uma coisa correta: vai ser feita duas
417 vezes a mesma coisa, mas às vezes pode ser que não. Às vezes numa Câmara Temática
418 não tenha gente suficiente com o pensamento jurídico para fazer a Resolução sair de lá
419 formatada, bonitinha. Então, continuo com minha proposta.

420 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Marília.

421 A **Sra. Marília Tissot** (FIEP):- Só uma questão prática. A rigor todas as propostas
422 colocadas conflitam com o que está escrito no Regimento Interno. Então, hoje o Plenário é
423 soberano para fazer essa alteração, e a segunda, daí, talvez, como o Tourinho colocou, o
424 membro é fundamental que participe de uma assessoria jurídica, um assessor jurídico é
425 fundamental também, porque tem a forma e o conteúdo de uma resolução. A forma, a

426 expertise está numa formação jurídica e o conteúdo nos membros que participam do
427 Conselho, então é fundamental. Só que temos duas questões, a primeira é que estamos
428 conflitando com o que está escrito no Regimento Interno, se podemos hoje decidir, se
429 podemos votar este aspecto do Regimento Interno, e o segundo se poderia ser feito este
430 encaminhamento da formação dessa Câmara com membros. Tourinho, seria assim,
431 membros do Conselho trazendo suas assessorias jurídicas. É isso.

432 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Walter e depois o Paulo
433 Pizzi.

434 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (Secretaria da Indústria e Comércio):- Concordo com
435 a Marília. Temos uma situação, este regimento já foi publicado, para ser mudado tem que
436 fazer pauta novamente, então acho que é uma perda de tempo essa discussão, as
437 Câmaras estão aí, sempre enxergo as Câmaras Jurídicas com sua finalidade e pareceres e
438 enquadramento jurídico e questão de forma também daquilo que as outras Câmaras
439 fazem. Eu, particularmente, acho que estamos nadando no vazio. Então, compor as
440 Câmaras como elas devem ser e a Jurídica realmente está prejudicada a composição hoje.
441 Concordo com o Dr. Theo, que fique para a próxima reunião essa composição, porque
442 parte basicamente da raiz da PGE. Obrigado.

443 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Levantando uma questão prática na questão da
444 composição da sociedade civil. Todas as outras instâncias aqui têm obviamente um corpo
445 jurídico de assessoria, não necessariamente a sociedade civil. A ONG, por exemplo, que
446 for escolhida e tenho que levantar aqui, se for o caso da Mater Natura, por exemplo, temos
447 uma maior parte, senão a maioria, de biólogos, não temos ninguém na parte jurídica de
448 associado ou corpo jurídico de assessoria. Se, por exemplo, como o Rafael colocou das
449 ONG's participarem em outras Câmaras, como o Rafael e a própria Dra.Vânia, que são
450 advogados, não se teria representantes das próprias ONG's e essas também não se teria a
451 sua assessoria jurídica.

452 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- São quatro membros de organização não-
453 governamental, podem se revezar, tem dois advogados, tem dois que não são advogados,
454 que se revezem.

455 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Mas são biólogos.

456 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Mas não faz mal, fazem parte da
457 sociedade civil organizada, vocês estão aqui para discutir o mesmo assunto, as mesmas
458 discussões, então não vejo problema nenhum nisso.

459 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Tosca.

460 A **Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Proposta de encaminhamento. Acho que
461 ficou claro que o caminho que vamos tomar em relação a isso é o que foi indicado como
462 proposta. As instituições fazem parte dessa Câmara Temática com suas assessorias
463 jurídicas, independente de tê-las ou não, e quem estiver participando vai buscar esse tipo
464 de assessoramento. Agora, do ponto de vista do Regimento Interno, que já está publicado,

465 realmente fica prejudicada qualquer discussão nesse momento. O que podemos fazer aqui
466 é fazer um indicativo de que o comportamento dessa Câmara Temática será dessa forma e
467 se propor a mudança do Regimento Interno. Não sei como é o funcionamento, Castella,
468 mas me parece que tem que estar na pauta, especificamente detalhado na pauta da
469 reunião, que se fará este tipo de ação para que tenha validade. Então acho que o
470 encaminhamento seria esse, o indicativo dessa discussão para uma próxima reunião e que
471 se mude o Regimento Interno e aí, sim, componha essa Câmara Temática, que me parece
472 importante, e todos os Conselhos têm que ter, porque qualquer Resolução tem que ter
473 essa qualificação jurídica, se verificar a constitucionalidade, legalidade inclusive dessas
474 Resoluções. Então acho que é importante, me parece que na próxima reunião do Conselho
475 essa temática deve voltar à tona.

476 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Só para recapitular como
477 proposta, Tosca, para ficar claro. Que saía um indicativo que tem que ter uma mudança do
478 Regimento Interno no aspecto do assunto jurídico, da composição da Câmara Temática de
479 Assuntos Jurídicos. Correto? Porque aqui só teríamos condições de deliberar como fato,
480 isso na próxima reunião. Também gostaria de estar lembrando que apesar de tudo, temos
481 uma Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno que como recomendação, não
482 como deliberação, mas como recomendação do próprio Conselho, os senhores fazem
483 parte do Conselho, solicitando à nossa Secretaria Executiva que faça o chamamento. A
484 Secretaria Executiva poderia estar convocando essa comissão, que já está constituída,
485 para fazer essa revisão e colocaria em pauta uma proposta da comissão que está fazendo
486 a análise do Regimento Interno e que apresente uma proposta de reestruturação relativa
487 aos Artigos 20 e 24. Por favor, Tourinho.

488 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Só queria fazer um comentário. Essa
489 Comissão Especial está totalmente prejudicada, porque de todos os membros integrantes
490 dessa comissão o único que ainda está aqui fazendo parte sou eu. Não tem mais ninguém
491 da Comissão Especial que faz parte do Conselho ainda. Então, talvez, tenha que se fazer
492 uma nova Comissão, convocar uma nova Comissão Especial para estudar mudanças no
493 regimento. E não é só esta questão jurídica, tem muita coisa dentro deste Regimento
494 Interno que precisa discutir. Mas faço essa proposta à Secretaria Executiva fazer uma nova
495 Comissão Especial, porque só estou eu aqui de membro. A Liga Ambiental não faz mais
496 parte, o IAP não faz mais parte. Então talvez tenha que remontar essa Comissão Especial
497 para estudar essas mudanças.

498 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Só lembrando que
499 nessa Comissão Especial tínhamos duas ONG's, representadas pela Apromac e Liga
500 Ambiental, também a Federação dos Trabalhadores, a FETAEP, o IAP, a Sema e a FAEP.
501 Essa seria a antiga composição e não temos a Apromac e a Liga Ambiental no nosso
502 Conselho. Então, a proposição final, vamos montar a partir da próxima reunião ordinária ou
503 a partir de agora, a Secretaria Executiva estar montando. Tiramos uma Câmara Temática

504 ou uma Comissão Especial para que seja visto. Alguém tem alguma objeção de sairmos
505 com a Comissão Especial para a revisão desses Artigos? Quem tiver alguma objeção se
506 manifeste, quem não tiver fique como está? APROVADO. Então vamos tirar uma
507 Comissão hoje para que na próxima reunião tenhamos como deliberar o Regimento Interno
508 e fica prejudicada qualquer discussão da constituição das novas Câmaras Temáticas, até
509 podermos fechar essa revisão e voltar com esse assunto de pauta na próxima reunião,
510 depois de fechado o Regimento Interno. Se alguém tiver alguma objeção. Não, então fica
511 prejudicada a discussão dessa constituição dessas Câmaras Temáticas, neste momento. E
512 lembrando aos senhores que nossa a Secretaria Executiva estará repassando o número
513 das Resoluções das Câmaras Temáticas Permanente e Temporárias e a sugestão é de
514 encaminhamento. Vamos sugerir encaminhar, de acordo com a Câmara Temática hoje
515 postulada dentro desse Regimento Interno, para que vocês fiquem atentos, sabendo e
516 pensando qual outra proposição e já terem conhecimento antecipado para fazer as
517 indicações já bem pensadas. Vamos constituir essa Comissão? Vamos pedir manifestação
518 daqueles que querem participar e vamos colocar um limite também dentro dessa Câmara
519 Temática, para que também não tenhamos todos os conselheiros dentro dessa aqui e o
520 prazo. Vamos começar pelo número de conselheiros dentro dessa Câmara?

521 **O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):**- Castella, queria saber se esta Comissão
522 Especial vai trabalhar apenas a questão de composição jurídica, porque o Adriano está
523 levantando uma coisa aqui que acho importante, que é a questão da participação dos
524 natos. Se um nato não pode participar em mais de uma Câmara Temática, vai faltar nato
525 para participar nas outras Câmaras temáticas. Então essa comissão vai mexer também na
526 composição do Cema ou não? Porque me lembro que na última reunião que a gente
527 discutiu esse tema, o Rasca foi objetivo dizendo que não mexeria na composição porque o
528 governador não quer fazer isso agora. Então no Regimento Interno não vi nada que diga
529 que um nato não possa participar em mais de uma Câmara Temática. Isso não está aqui
530 no Regimento Interno. Então, um nato pode participar em mais de uma Câmara Temática
531 ou não?

532 **O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):**- Considerando que são só os
533 membros titulares, conforme o Artigo 20 do Regimento Interno, você vai poder estar em
534 todas as Câmara Temáticas, agora você vai conseguir dar conta de todas?

535 **O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):**- Mas isso é um problema do membro. Ele
536 quem vai decidir se vai ter capacidade ou não de participar de uma, duas ou três Câmaras
537 Temáticas. Isso você tem que deixar para que nós aqui decidamos. Se tiver membro nato
538 que quer participar de duas ou três Câmaras Temáticas, ele quem vai decidir se vai ter
539 capacidade ou não para participar.

540 **O Sr. Paulo Castella (Secretário Executivo):**- Laura e depois o Valter.

541 **A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):**- Boa-tarde a todos. Peço
542 desculpas em chegar atrasada, porque tive uma teleconferência no IAP antes de vir para

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

543 cá; também informar que a partir da próxima reunião quem estará representando o CEDEA
544 é o Roberto Sampaio, arquiteto, doutor em meio ambiente, estará participando no meu
545 lugar. Pelo que entendi o que o Tourinho falou, lembro-me que no ano passado estava
546 sendo aceito para as Câmaras Técnicas tanto titular como suplente, bastava que fosse
547 aprovada a indicação da entidade na Câmara Técnica no Plenário do Conselho, e aí a
548 entidade indicaria a pessoa para participar. Agora, se uma entidade ou uma mesma
549 pessoa de uma entidade estiver participando de duas ou mais Câmaras Técnicas, se ela
550 der conta, acho que pelo regimento não tem o que impeça.

551 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Artigo 21, Parágrafo I.

552 A **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Fala até duas.

553 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Também no Artigo
554 20 diz que somente os titulares que poderão participar.

555 A **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Tínhamos aceito, inclusive na
556 primeira gestão éramos suplentes e participávamos.

557 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Laura, temos hoje
558 um novo Regimento Interno publicado, estamos tendo certa dificuldade justamente neste
559 aspecto, por isso estamos constituindo uma comissão pra revisão. Até coloco, Tourinho,
560 neste Artigo 20, também no 21 e outros que devem ser observados também. Gostaria que
561 o Walter, da Indústria e Comércio, se expresse.

562 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (Secretaria da Indústria e Comércio):- Tenho uma
563 preocupação bastante grande. Temos um Conselho bastante importante, estou começando
564 aqui também, estamos num colegiado consultivo, normativo e deliberativo, devemos ter
565 assuntos bem mais importante que este regimento. Esse regimento acabou de ser
566 publicado no dia 26 de outubro, é isso? Retroativo ao dia 26 de outubro.

567 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Retroativo a março.

568 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (Secretaria da Indústria e Comércio):- Não vejo por
569 que não implementar as Câmaras Técnicas, não vejo por que não começar a trabalhar.
570 Desculpem, é minha opinião, desculpem o andamento do Plenário, mas não sei por que
571 fazer a revisão se podemos participar de duas Câmaras Técnicas cada um. Acho que
572 mesmo assim vamos conseguir compor todas as Câmaras, já que a Jurídica ficou para a
573 próxima reunião. Queria só manifestar minha opinião que temos que começar. Obrigado.

574 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Obrigado, Walter. Só uma
575 coisa, agora a última intervenção da Tosca para que possamos encaminhar, senão ficamos
576 na discussão e não conseguimos fazer encaminhamento que devemos fazer e podermos
577 liberar os senhores.

578 A **Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Pode parecer que é uma discussão um
579 pouco menor debater sobre a questão de regimento, mas a mim parece bastante
580 importante porque ele orienta o funcionamento do Conselho, obviamente dando condições
581 até para as Resoluções, a partir dos assuntos que efetivamente são importantes para este

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

582 Conselho, possa ter efetividade. Então acho que é importante revermos o regimento sim.
583 Numa rápida passada, eu não estava participando desse processo, mas numa rápida
584 passada de olhos percebe-se o engessamento, então vai criar dificuldades inclusive para o
585 funcionamento do próprio Conselho, temos realmente assuntos muito importantes. Agora
586 gostaria só de lembrar que as Resoluções que o Castella leu há pouco, que se
587 constituíram no passado em Câmaras Técnicas, estão vigendo, portanto, esses grupos
588 podem perfeitamente continuar seus trabalhos. Existe lá a Câmara Técnica da Erradicação
589 da Fauna Exótica, que é do nosso interesse, existem outras Câmaras, anotei todas, a
590 Resolução sobre Resíduos Perigosos, a de Educação Ambiental, a de Conservação e
591 Preservação da Floresta de Araucária e Campos Naturais. Todos os assuntos pertinentes
592 a esse Conselho são importantes, Resoluções já tiradas, portanto, grupo de trabalho já
593 efetivamente em andamento que pode perfeitamente dar cabo da sua tarefa e de trazer
594 propostas aqui para este Conselho, enquanto não se discute, não se revê esse regimento.
595 Acho que é pertinente, é importante a revisão desse regimento. Parece-me que podemos
596 dar um prazo x para que o grupo possa trabalhar isso e na próxima reunião desse
597 Conselho colocarmos como primeiro ponto de pauta a aprovação do regimento, das
598 mudanças do regimento e fazer valer de fato aquilo que se propõe, ou seja, a constituição
599 de fato das Câmaras Temáticas incorporando essas já existentes com Resolução. Acho
600 que o encaminhamento é correto, Castella, parece-me que é por aí o caminho, é aprovar a
601 nova formulação dessa Comissão Especial de Revisão do Regimento, porque tem
602 membros que já não estão aqui presentes e dar um prazo para que esta Comissão
603 apresente, previamente a todos os conselheiros, para que possam analisar e uma reunião
604 convocada como ponto de pauta à aprovação do novo regimento. O que está decretado
605 pode ser mudado, não há, parece-me, nenhuma dificuldade de que o governador assine o
606 novo decreto aprovando o novo Regimento Interno deste Conselho.

607 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Obrigado. Marília, brevidade,
608 só se for extremamente importante e o encaminhamento.

609 **A Sra. Marília Tissot** (FIEP):- Sobre a comissão, gostaria de localizar. Essa
610 previsão dessa Comissão de Revisão do Regimento, porque o Artigo 71 fala que este
611 regimento poderá ser alterado mediante proposta de um quinto dos conselheiros e
612 aprovado por metade mais um dos membros do Plenário. Só entender, essa comissão
613 desse contexto... essa Comissão é de Revisão?.

614 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- É encaminhamento, Tosca?

615 **A Sra. Tosca Zamboni** (S.O.S. Bicho):- Esclarecimento. De qualquer maneira, para
616 que se venha uma proposta para que um quinto, de acordo com o que está nesse
617 regimento, possa aprovar as mudanças, tem que sair de algum lugar. Então por isso uma
618 comissão para poder rever e trazer uma proposta concreta, para que não saía cada qual
619 dando uma proposta diferenciada.

620 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Então, vamos
621 formar essa Comissão. Sendo que uma Comissão Especial não se enquadra dentro
622 daqueles aspectos mesmo do Regimento Interno anterior como esse aqui, onde fala de
623 cinco membros. Podemos deliberar com sete membros, não sei se seria adequado com
624 sete membros a constituição dessa comissão e seguindo basicamente o que foi na
625 comissão anterior, certo. Tendo a Sema, o próprio IAP, não está presente, é só uma
626 sugestão, duas ONG's, um do setor produtivo e uma da Federação dos Trabalhadores da
627 Agricultura, FETRAF-Sul ou FETAEP, e aí teríamos seis e uma de uma universidade. A
628 sugestão, tinha colocado o IAP, mas se alguém quiser se manifestar, alguma secretaria
629 dizer que gostaria de estar no lugar, ótimo. Por favor, gostaria da manifestação dos
630 senhores. Ninguém quer se manifestar? Poderíamos colocar nomes para as instituições
631 para que a gente não fique no vazio? E depois, lembrado pelo Luiz Guilherme, Reitor da
632 Universidade Tuiuti, o prazo. Gostaria que vocês fizessem o indicativo de prazo de entrega
633 desses trabalhos. Dia 27 de fevereiro, a apresentação da proposta até dia 27 de fevereiro.

634 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- O problema é que dezembro e janeiro
635 muitos órgãos estaduais entram em férias coletivas, foi o que aconteceu com nossa
636 Câmara, você marca com um membro e aí não pode ir porque está de férias, o cara está
637 na praia passeando. Então, o melhor seria marcar talvez para o dia 27 de fevereiro mesmo
638 o prazo para que todos os conselheiros possam ver a proposta e dar sugestões ainda para
639 a próxima reunião do Conselho, que provavelmente vai ser em março.

640 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Dia 27 de fevereiro é uma
641 sexta-feira, a partir do dia 27 teríamos quinze dias para fazer a convocação do Conselho. É
642 mais um item para ser repensado.

643 O **Sr. Luiz Guilherme Rangel Santos** (Universidade Tuiuti):- Eu tinha perguntado
644 para o Castella, eu não sei se adianta fazermos uma comissão para discutir se o Jurídico
645 vai ser assim ou assado, porque nem sei se todas as entidades têm advogados que
646 saibam e que possam sugerir em cima disso aqui. Também acho que o governador pode
647 mudar, mesmo que tenha feito um decreto, mas precisamos ter claro os objetivos de cada
648 um dos participantes que estão aqui, porque senão vai sair de novo isso que está aqui, um
649 bicho de sete cabeças. Então, essa Comissão Jurídica é para atender este Conselho, é
650 para atender o que está ali previsto? Então, se for assim, os objetivos já estarão nele e aí
651 vamos estruturar o Jurídico segundo o atendimento das demandas que estão nos Artigos
652 seguintes, é isso?

653 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Seria todo o engessamento
654 que até o Artigo 20 dá, quando diz "só os conselheiros titulares poderão participar das
655 Câmaras Temáticas", dentro dessa nova ordem das Câmaras Temáticas. E também o
656 próprio Assunto Jurídico, quando coloca só os titulares, seriam só os titulares também para
657 compor os Assuntos Jurídicos e bacharéis, isso está bem claro. Então, seria o repensar

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

658 desde o Artigo 19, na verdade, quando está o capítulo das Câmaras Temáticas deveria ser
659 revisto nesse aspecto, pelo menos é o entendimento da Secretaria Executiva do Conselho.

660 Então, podemos começar a colocar o nome nessa comissão? Primeiro, a data ficou
661 para o dia 27 de fevereiro. Considerando que será uma reunião extraordinária, posso estar
662 convocando em três dias e não em dez, nem em quinze. A Secretaria Executiva teria essa
663 agilidade em convocar em três dias. Então, dia 27 é numa 6ª feira, poderíamos estar
664 convocando a reunião no dia 10 de março, numa terça-feira nesse horário, não sei, me
665 habituei na terça-feira e nesse horário é uma facilidade, até para o próprio Secretário,
666 apesar de não estar presente, mas isso é raro e ele sempre está na terça-feira em Curitiba.
667 Dia 10 de março a extraordinária, dia 27 entrega, repassamos a todos e no dia da
668 Extraordinária a gente delibera o assunto.

669 Da Sema, deixaria de novo, já tinha sido indicado pelo Secretário o sr. Francisco
670 Langue, o IAP não está presente, portanto, fica difícil deliberar um nome. Gostaria até de
671 propor uma substituição, se eu pudesse indicar uma pessoa e vocês aprovariam, para mim
672 seria ótimo. O Walter está se dispondo a participar pela Indústria e Comércio. Acho que
673 seria uma boa pessoa, porque ele tem uma boa vivência. Até agradeço quando ele se
674 propõe a fazê-lo, voluntariamente é difícil. Ninguém tem a se opor? Então fica o Walter da
675 Indústria e Comércio, no lugar do IAP. Walter, muito obrigado. Duas ONG'S titulares,
676 ficaram a ING, Mater Natura, GARI. Rafael, gostaria de estar participando da Comissão?

677 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Sim.

678 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Poderia ser você mesmo,
679 Rafael?

680 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- Sim, eu mesmo.

681 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Mais uma ONG. Coloquei a
682 ING, Mater Natura e a ONG Preservação, não está presente. Como fica, Paulo?

683 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Queria sugerir, Castella, porque
684 suplente é titular muitas vezes, então aqui, por exemplo, a S.O.S Bicho está na posição de
685 titular, e o CEDEA também acabou ficando como titular, porque faltaram os outros
686 suplentes. Então, já como o Paulo Pizzi, a S.O.S Bicho, não sei se vocês concordam com
687 minha sugestão.

688 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Então, Tourinho, pela
689 manifestação da Laura, se houver alguma sugestão.

690 O Sr. **Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Não vejo problema participar suplente ou
691 participar titular. O importante é que participe, que venha na reunião e participe. Acho que
692 isso é o importante, para que consigamos fazer um Regimento Interno e que não engesse
693 os nossos trabalhos. Não vejo problema nenhum, não sei se os outros membros
694 concordam comigo.

695 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Alguém deseja se
696 manifestar? Então, fica a GARI e a S.O.S Bicho. Obrigado. Ficamos com o setor produtivo,

697 o Tourinho no caso pela FAEP, correto, Tourinho? A FIEP quer se manifestar? A FIEP,
698 então, fica como convidada a participar e fica o Tourinho pela FAEP, dentro da
699 composição. Teríamos a Universidade, temos três membros da universidade, temos a
700 Universidade Tuiuti, a Evangélica, Ponta Grossa. Gostaria que saísse pelos menos a
701 indicação de um dos senhores de participar dessa Comissão Especial. Então fica o
702 Guilherme pela Universidade Tuiuti e já agradeço a colaboração em nome do Guilherme. A
703 FETAEP, poderia ser? Paulo, poderia ser?

704 O **Sr. Paulo Macedo** (FETAEP):- Sou suplente, mas poderia ser.

705 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Obrigado. Então ficamos
706 assim deliberado pela Comissão, até o dia 27 vocês podem trabalhar, o Conselho está à
707 disposição para fazer toda a parte de secretaria dessa comissão, chamando os senhores;
708 sugiro que seja na própria Secretaria pela facilidade de parar, seria mais no final de janeiro
709 para podermos estar nos reunindo.

710 O **Sr. Luiz Anselmo Tourinho** (FAEP):- Não vejo problema de começarmos a pelo
711 menos delinear alguma coisa já na próxima semana, nos reunimos numa tarde ou numa
712 manhã, vemos quais pontos que temos que modificar, cada um leva isso para a sua
713 instituição, para sua casa e podemos até conversar por e-mail. Não vejo problema.

714 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Acho que podemos deliberar
715 isso, a conversa pelos e-mails e para que a gente seja breve aqui. Todo mundo está
716 ciente, passo o e-mail de todo mundo para que não deixe de fazê-lo por falta de e-mail.

717 O **Sr. Paulo Macedo** (FETAEP):- Meu e-mail é da Federação e não o acesso fora.
718 Estou saindo de férias da Federação, então vamos passar uma lista para termos o e-mail
719 do pessoal.

720 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Exato, já tenho alguns e-
721 mails, então peço que coloquem os seus e-mails para podermos fazer isso. Dado o
722 prejuízo do IAP não estar presente, em que ele faria o informe sobre as PCH's no Paraná,
723 e em especial na região centro-sul, fica prejudicada.

724 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Você está propondo a suspensão desse item?

725 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Sim.

726 O **Sr. Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Devido o fato que vai demorar alguns meses até
727 a próxima reunião, para a eventual exposição do IAP desse tema, gostaria de uma
728 informação. Ouvimos falar de uma nova legislação sobre as PCH's no Estado, não sei se é
729 uma Resolução específica da Sema ou uma Portaria do IAP, gostaria que a Secretaria
730 Executiva mandasse aos conselheiros cópia dessa nova Resolução para embasar um
731 estudo até a próxima reunião.

732 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Correto. Repasso aos
733 senhores essa nova Resolução, as portarias que estão vigentes pelo IAP. Apesar de não
734 estar aqui presente, a gente tem sempre o procedimento de estar trazendo o assunto outra
735 vez, retornando e fazendo a gestão para que este assunto não fique sempre esquecido,

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

736 porque é muito fácil não virmos na reunião e esquecermos na próxima e não fazer a
737 apresentação. Então, como procedimento normal, essa Secretaria Executiva, o próprio
738 Presidente do Conselho, vai procurar sim trazer esse informe que os conselheiros
739 solicitaram e não vai ser prejudicado por falta do membro que possa fazer a apresentação.

740 Agora, para que pudéssemos encerrar, gostaria, já pelo adiantado da hora, de fazer
741 a apresentação, uma leitura rápida de quem está hoje, daqueles membros indicados para a
742 formação do Conselho, conforme o Decreto já mencionado 3.854, dia 26 de novembro de
743 2008 que remete os senhores ao Conselho desde 26 de outubro de 2008.

744 Das entidades não-governamentais que têm uma Comissão Especial para
745 acompanhar o processo de eleição dessas ONG's, elas votam entre elas e de acordo com
746 o cadastro do Conselho Estadual do Meio Ambiente e de acordo com regras definidas para
747 o cadastro aprovado entre as ONG's e entre os conselheiros. As ONG's elegeram como
748 seus titulares o Instituto Guardiões da Natureza, Mater Natura, o Instituto Ambientalista do
749 Rio Iguaçu – GARI, e a ONG Preservação. Como seus suplentes está a S.O.S Bicho -
750 Movimento S.O.S Bicho de Proteção Animal, a Idéia Ambiental- Instituto de Pesquisa e
751 Conservação da Natureza, o Instituto Agroecológico e o CEDEA - Centro de Estudos
752 Defesa e Educação Ambiental. Das entidades, das instituições universitárias públicas e
753 privadas de ensino superior, dentro da universidade pública, apontada pela Associação das
754 Entidades Públicas, está a Franciane Pellizari que é da FAFIPAR – Paranaguá, e da
755 Privada de Ensino Superior, aí procuramos a Agenda 21, considerando que as
756 universidades privadas de ensino superior não têm uma associação definida, procuramos o
757 Fórum da Agenda 21, dentro do setor de ensino superior, para que pudesse fazer a
758 indicação. E assim foi indicado: Universidade Tuiuti do Paraná, no nome do Luiz Guilherme
759 Rangel Santos, Reitor da universidade, e como suplente da Pública o Fernando Pillati que
760 é da Universidade de Ponta Grossa e a Bethânia da Evangélica. Das categorias patronais,
761 ficou a FIEP com o Roberto Gava, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná com o
762 João Luiz Rodrigues Biscaia e seus membros suplentes a Marília Tissot da FIEP e o Luiz
763 Anselmo Tourinho da FAEP. Dos Trabalhadores ficou o Aristeu da Federação dos
764 trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e o Marcos Rochinski da Federação dos
765 Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul. Tem uma pequena mudança na
766 questão dos suplentes dele, que aí vou pular, e os municípios ficaram Piraquara e Balsa
767 Nova indicados como membros do Conselho.

768 A vocês, que estão aqui pela primeira vez, sejam bem-vindos em nome do
769 Secretário e Presidente do Conselho, espero que até 2010 consigamos trabalhar
770 efetivamente; e agradeço a colaboração que vamos precisar durante esses dois anos.:
771 Vamos construir um Conselho realmente forte, que ele tenha peso e que seja efetivo e não
772 mais uma reunião das terças-feiras para tomar chá com nossos amigos. Muito obrigado
773 para aqueles que estão aqui. Laura com um informe e depois podemos encerrar.

774 **A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Primeiro queria deixar registrado
775 que as principais causas do grande desastre de Santa Catarina foram o desmatamento e o
776 mau uso do solo; também quero deixar registrado que caso venha ser aprovado a
777 hidroelétrica de Tijuco Alto no Rio Ribeiro, o desastre vai ser muito maior, muito maior por
778 três motivos principais. O primeiro é que é uma área cárstica, extremamente frágil e tem o
779 Aquífero Karsten ali que pode transbordar e ajudar mais na inundação. O segundo motivo
780 é que aqueles morros estão ociosos, porque foi tirada a galena para a produção de chumbo.
781 Então, a fragilidade aumenta ainda mais com os morros ociosos. E o terceiro motivo, que é
782 justamente o processo de remoção de solo, o processo todo de construção da barragem.
783 Então, queremos reafirmar nossa posição que sempre colocamos que é uma
784 irresponsabilidade técnica empresarial e administrativa construir qualquer barragem no Rio
785 Ribeira, no Vale do Ribeira, tendo em vista as características da região que são
786 extremamente frágeis. Se no Vale do Itajaí aconteceu isso, no Vale do Ribeira vai ser bem
787 pior.

788 A outra questão que queria deixar registrada é que agora, às 19h, vai começar a
789 audiência pública em Pontal do Paraná, na Associação Banestado, na Praia de Leste,
790 sobre o Porto de Pontal. Existe uma discussão entre um porto privado e um porto estatal
791 ou a própria não construção do porto. E acho que esse, dependendo de como avance aí,
792 se não avançar ótimo, mas senão é um assunto extremamente importante que precisa ser
793 pautado no Conselho, porque envolve também a destruição da mata atlântica, porque vai
794 exigir uma rede viária bem maior para poder funcionar. E destruição da Serra do Mar já
795 sabemos quais as conseqüências, ao invés de ajudar com o porto vamos piorar ainda mais
796 o Porto de Paranaguá e o próprio Porto de Antonina. Então, quem puder ir, está convidado,
797 assumi o compromisso de informá-los, não sei se vocês já sabiam, mas é a terceira
798 audiência que ocorre, hoje, a partir das 19h, na Associação do Banestado na Praia de
799 Leste em Pontal do Paraná.

800 E o último assunto, ainda, que é mais o Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
801 mas envolve a questão ambiental como um todo, que é a discussão da reestruturação da
802 Suderhsa. Existe o projeto de lei que foi apresentado na Assembléia, depois de muito custo
803 conseguimos a cópia, mas ele já está divulgado, Projeto de Lei 515/08, que propõe uma
804 nova reestruturação do órgão de gestão hídrica do Estado e tomando como princípio as
805 bacias hidrográficas, a reorganização através de dez bacias hidrográficas no Estado. É um
806 projeto que está em discussão, mas que é interessante apreciarmos e nos posicionarmos
807 em relação a isso. Obrigada.

808 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Alguém tem mais alguma
809 manifestação? Por favor.

810 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiollo** (GARI):- A gente acabou de constituir uma
811 Comissão Especial para rever o Regimento Interno, só queria que se refletisse a questão
812 da comissão que revê o Decreto e a Gestão do Fundo Estadual mencionado

TRANSCRIÇÃO DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

813 anteriormente. Como vai proceder isso, se vai ficar aberto ou será tema das próximas
814 reuniões, assunto de pauta futuro?

815 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Deixaria esse assunto até
816 para vocês discutirem, apesar dessa comissão ser específica para revisão de Regimento
817 Interno, vocês poderiam estar pensando também na forma de encaminhamento dentro do
818 Conselho. É minha proposição.

819 Bom, não tendo mais assunto, gostaria de agradecer a todos os senhores, as
820 senhoras pelo comparecimento, um bom final de ano, um feliz natal, que todo mundo saia
821 este ano satisfeito pelo ano que tivemos, acho que não podemos reclamar, foi ótimo e
822 espero contar com os senhores realmente com um trabalho efetivo nesse próximo ano que
823 chega em 2009. Muito obrigado e uma boa tarde para os senhores e senhoras.